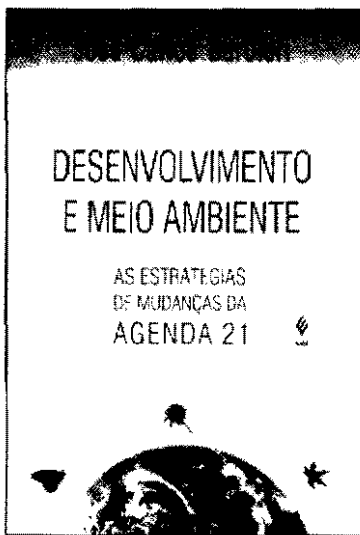


DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: AS ESTRATÉGIAS DE MUDANÇAS DA AGENDA 21



de **José Carlos Barbieri**
Petrópolis: Vozes, 1997, 156p.

por **Fernando C. Prestes Motta**, professor do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da EAESP/FGV.

Um dos ideais mais fortes desta passagem de século é o caminho da humanidade para um desenvolvimento a um só tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, aprovou a Agenda 21, voltada para a problemática mais premente de nosso tempo: a preparação do mundo para vencer os obstáculos do século XXI.

Uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável foi a bandeira lançada à humanidade pela Agenda 21, daí a necessidade de uma compreensão adequada do que vem a ser o desenvolvimento sustentável

antes mesmo da apresentação e discussão das questões principais abordadas por essa Agenda/Programa.

A Conferência do Rio de Janeiro contou com a participação de 178 países. No âmbito da ONU, foi provavelmente a maior conferência realizada até o presente momento. Indiscutivelmente seus resultados foram muito promissores, já que os espaços locais e as fronteiras nacionais parecem limites ultrapassados para o número considerável de crises ambientais, culturais, políticas, sociais e econômicas que se sobrepõem neste final de século. A conclusão imediata é que desenvolvimento, todas as formas de desenvolvimento, precisa ser tratado conjuntamente com a questão ambiental.

Essa nova tomada de posição implica o abandono das teorias tradicionais de desenvolvimento, que tratam do desenvolvimento predador e excludente, que gera desequilíbrios de todo tipo, mas principalmente sociais e regionais. Todavia, não é menos verdadeiro que as propostas ambientalistas precisam ser fortalecidas. Essas propostas estão fundamentalmente voltadas para a preservação da vida selvagem, para a conservação de áreas protegidas e para as conseqüências do crescimento econômico sobre os estoques de recursos naturais.

A CNUMAD foi marcada por muitas recomendações, tratados internacionais e declarações de princípios. A Agenda 21 está entre estes documentos. De um modo geral, todos eles indicam a necessidade de uma revisão ampla das ações humanas, objetivando o desenvolvimento de novas teorias e práticas dotadas do condão de possibilitar equidade e compatibilidade no desenvolvimento, a partir dos limites da capacidade dos recursos terrestres. Com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 essas idéias ganharam um novo vulto, já que se aceitou em escala internacional que meio ambiente e desenvolvimento podem e precisam andar conjuntamente. As novas práticas sociais decorrentes dessa idéia, recomendadas pela Agenda 21, que naturalmente trazem em seu bojo práticas econômicas e políticas, inscrevem-se, ao que parece, numa contribuição de grande relevância para a consecução de uma ordem internacional nova e mais de acordo com as necessidades e valores da humanidade.

José Carlos Barbieri, professor do Departamento de Administração da Produção, Logística e Operações Industriais, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, ao nos apresentar com este *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*, trabalha de modo simples e fácil com temas que ocupam as páginas de nossos jornais e que são objeto de conversas e de interesse de um sem-número de pessoas. Não se trata de trabalho de leigo, mas de alguém que vem se dedicando com afinco à pesquisa dessas questões, principalmente

no Centro de Estudos de Gestão Empresarial e Ambiental, que coordena na EAESP.

Muitas recomendações da Agenda/Programa 21 não saíram do papel, como afirma o autor, e é de se esperar que as buscas de implementação se choquem com inúmeros obstáculos. Porém, o seu valor é sobretudo o de linha-mestra para a consecução do desenvolvimento sustentável, que foi se tornando a grande meta do conjunto das nações. É um enorme levantamento dos problemas que os seres humanos enfrentam nos tempos que correm e do que é possível fazer para solucioná-los de uma forma global. A Agenda 21, transformada em Programa 21, torna o ideal de pensar em termos globais e agir em termos locais algo que pode e precisa ser instrumentalizado.

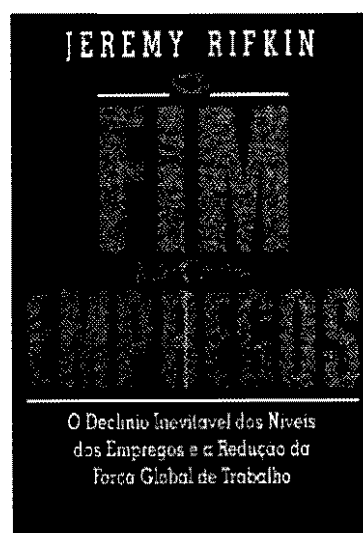
É preciso frisar que, por meio da Agenda 21, as comunidades e o poder locais foram consagrados em termos internacionais, o que, sem dúvida, é uma grande conquista, muito embora conquista muitíssimo maior seja a consolidação dessa consagração, por meio da implementação das políticas ali contidas.

Outro aspecto que saiu extremamente fortalecido foi a representatividade das organizações não-governamentais, conhecidas como ONGs, e o pluralismo como visão necessária, quando se trata de meios e recursos, sobretudo no que se refere a tecnologia. O pluralismo aparece também na importância atribuída às comunidades locais e suas autoridades.

Empresas não estatais nem privadas, as ONGs, quando cumprem efetivamente seu papel, caracterizam-se como instituições da sociedade civil, dirigidas para o interesse público. Muitas são as áreas passíveis de atuação das organizações não-governamentais. Devem ser instrumentos ágeis na defesa de direitos, na área ambiental, na produção de bens e serviços, na ajuda humanitária, na área científica e em muitos outros domínios. O lugar das ONGs na Agenda 21 é considerável e a expectativa parece ser a de que elas possam funcionar também como eficientes instrumentos de cobrança em relação aos governantes. Para terminar, deve-se dizer que o pluralismo está afirmado em todas as áreas, e especialmente no plano tecnológico. Dois aspectos principais relacionam-se com esse fato: em primeiro lugar, o respeito à diversidade humana; em segundo lugar, o respeito às características únicas de cada ecossistema.

A Agenda 21, objeto deste livro, de forma alguma pode ser vista como um tratado, nem tampouco como uma espécie de convenção com a capacidade de imposição de vínculos obrigatórios àqueles Estados tidos como signatários. É um considerável plano de intenções. Sua implementação depende do que se costuma designar vontade política dos governantes e da efetiva mobilização da sociedade. □

O FIM DOS EMPREGOS: O DECLÍNIO INEVITÁVEL DOS NÍVEIS DOS EMPREGOS E A REDUÇÃO DA FORÇA GLOBAL DE TRABALHO



de **Jeremy Rifkin**
São Paulo: Makron Books, 1996, 348 p.

por **Ana Paula Paes de Paula**, Mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP/FGV e doutoranda em Sociologia no IFCH/UNICAMP.

Neste livro Jeremy Rifkin procura demonstrar que o desemprego tecnológico é a maior ameaça que a sociedade contemporânea irá enfrentar nos próximos anos, oferecendo evidências dessa inquietante perspectiva e da necessidade de um engajamento de todos os setores sociais na busca de alternativas para a resolução do problema.

De acordo com Rifkin, as evidências históricas negam o pressuposto neoclássico enunciado por Say de que a inovação tecnológica estimula o crescimento econômico permanente e o emprego. A falsa idéia de que a oferta cria a demanda já levou a humanidade à armadilha da Depressão de 29. Naquela época, a crise foi resolvida por meio do